

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA COMARCA DE PARACATU/MG

REF: PA- Acompanhamento de Políticas Públicas - MPMG – 0470. 20.000273-6

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 03 /2020

OBJETO: Considerando a atual situação de pandemia mundial e as recomendações acerca do isolamento social e medidas de contenção de casos do novo CORONAVÍRUS (COVID-19), *mister* a adoção de medidas aptas, a garantir, de forma imediata, proteção, conforme recomendações da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e pelo Ministério da Saúde, às pessoas em situação de rua (moradores de rua).

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, pela Promotora de Justiça que esta subscreve, vem, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, em especial aquelas constantes do artigo 129, II da Constituição; artigo 27, IV da Lei Federal nº 8625/93; art. 67, VI da Lei Complementar estadual nº 34/94, apresentar as considerações que se seguem para, ao final, expedir recomendação.

CONSIDERANDO a acentuada utilidade da recomendação para a autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público, sendo importante instrumento de redução da litigiosidade, e de ampliação do acesso à justiça em sua visão contemporânea;

CONSIDERANDO a conveniência institucional de estimular a atuação resolutiva e proativa dos membros do Ministério Público para promoção da justiça;

CONSIDERANDO que a classificação da situação mundial do Novo Coronavírus como pandemia significa o risco potencial da doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificados como de transmissão interna;

CONSIDERANDO que *“a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para*

sua promoção, proteção e recuperação”, nos termos do art. 196, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que *“são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado”*, consoante prescreve o art. 197, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que *“as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único”*, o qual tem como diretrizes, dentre outras, *“a descentralização, com direção única em cada esfera de governo”*, *“o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais”* e *“a participação da comunidade”*, conforme dispõem o art. 198, incisos I, II e III, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 15, do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, o planejamento da saúde é obrigatório para os entes públicos, ascendente e integrado, do nível local até o federal;

CONSIDERANDO a declaração de Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, dada pela Portaria MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, nos termos do Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, que definiu o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional de gestão coordenada de respostas à emergência na esfera nacional, cujo controle recai sobre a Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS/MS;

CONSIDERANDO a publicação do Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV), pelo MS, e do Plano Estadual de Contingência para Emergência em Saúde Pública – Infecção Humana pelo SARS-CoV-2, pela SES/MG, os quais definem estratégias de atuação para enfrentamento do novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO que a transmissão do Novo Coronavírus ocorre tanto pelo ar como por contato pessoal com secreções contaminadas, tais como: contato pessoal próximo; tosse; gotículas de saliva; espirro; como toque ou aperto de mão; catarro; contato com objetos ou superfícies contaminadas, seguido de contato com a boca, nariz ou olhos;

CONSIDERANDO que, embora a transmissibilidade dos pacientes infectados por SARSCoV seja em média de 7 dias após o início dos sintomas, há dados preliminares do Novo coronavírus (SARS-CoV-2) sugerem que a transmissão possa ocorrer mesmo sem o aparecimento de sinais e sintomas, possuindo taxa de mortalidade que se eleva entre idosos e pessoas com doenças crônicas;

CONSIDERANDO que a adoção de hábitos de higiene básicos e a ampliação de rotinas de limpeza em áreas de circulação são suficientes para a redução significativa do potencial do contágio;

CONSIDERANDO, contudo, a situação de extrema vulnerabilidade social das pessoas em situação de rua, juridicamente caracterizadas –conforme o parágrafo único do art. 1º do Decreto n. 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para as Pessoas em Situação de Rua – como: indivíduo pertencente a grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular, utilizando os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória;

CONSIDERANDO que as pessoas em situação de rua não possuem alimentação e condições de higiene adequadas, tampouco relatório médico de saúde, a fim de certificar sua inclusão ou não no quadro das pessoas em situação de alto risco ao novo Coronavírus, e, inclusive, podem não ter o discernimento necessário à atual situação de pandemia e às formas de prevenção;

CONSIDERANDO que o art.1º da Constituição Federal de 1988 consagra o princípio da dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República, arrolando, ainda, como objetivos desta, conforme o disposto no inciso III do art. 3º, a meta de **erradicação da pobreza e da marginalização**;

CONSIDERANDO que é assegurado à todos, como noção de mínimo existencial, o direito a educação, **saúde, alimentação, trabalho, moradia, segurança** e lazer, como fatores indispensáveis à efetivação da vida humana com dignidade;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus (2019-nCoV), responsável pelo surto de 2019 e sua regulamentação através da Portaria MS/GM nº 356, de 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 04/2020 GVIMS/GGTES/ANVISA, contendo “*Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV)*”

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 113, de 12 de março de 2020 que declara situação de emergência em saúde pública no Estado de Minas Gerais em razão de surto de doença respiratória – Novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO o artigo 268 do Código Penal Brasileiro – Decreto Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940, que tipifica como crime o ato de infringir determinação do poder público, destinada a impedir a introdução ou propagação de doença contagiosa;

CONSIDERANDO que o sistema de saúde constitucionalmente delineado deve se organizar de acordo com a diretriz da descentralização, conforme artigo 198, inciso I, e, baseando-se em tal princípio, a Lei nº 8.080, de 19 de Setembro, de 1990, ao estatuir a descentralização como um dos princípios e diretrizes do SUS, especifica a ênfase na Municipalização;

CONSIDERANDO que as MEDIDAS NÃO FARMACOLÓGICAS têm como finalidade **reduzir o contato social** e, consequentemente, reduzir a transmissão da doença, visando manter a capacidade de atendimento dos serviços de saúde aos pacientes que necessitam;

CONSIDERANDO que cada gestor de Unidade Federada, Secretarias de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios deve adaptar essas MEDIDAS NÃO FARMACOLÓGICAS à sua realidade local;

CONSIDERANDO que a estimativa é de que, a cada 3 dias o número de casos dobre, se não forem adotadas as medidas propostas pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO as frequentes notícias de falta de leitos para internação de pacientes de urgência/emergência, independentemente de pandemias, bem como a escassez de aparelhos respiratórios, tanto na rede pública como privada;

CONSIDERANDO que a pandemia decorrente do novo Coronavírus (2019-nCoV) vai agravar o quadro de falta de leitos para internação em Paracatu/MG e na Região Sanitária Ampliada;

CONSIDERANDO não caber ao administrador público omitir a execução do mínimo existencial, os direitos das pessoas em situação de rua, que necessitam da assistência social, a ser prestada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade (art. 1º da LOAS), a quem dela necessitar, independentemente de contribuição (art. 203, caput, da CR/88);

CONSIDERANDO que, conforme previsão do inciso III do artigo 23 do LOAS as pessoas em situação de rua são titulares do direito à assistência social, em razão da vulnerabilidade, sendo, inclusive, destinatárias dos seguintes serviços de abrangência municipal/regional previstos na Resolução CNAS n. 109/2009: (a) Serviço Especializado em Abordagem Social; (b) Serviço de Acolhimento Institucional para População de Rua; (c) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro-POP; (d) Serviço de Acolhimento em República; (e) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 15 da LOAS (Lei n. 8.742/1993), é de competência dos municípios a execução direta dos serviços socioassistenciais;

CONSIDERANDO que o art. 17, V, da Resolução CNAS n. 33/2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social e fixa a responsabilidade dos municípios na prestação dos serviços socioassistenciais consistentes

em atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população, nestas estando expressamente inclusas as pessoas em situação de rua (art. 23, §2º, II, LOAS);

CONSIDERANDO que o direito à assistência social de titularidade das pessoas em situação de rua é direito transindividual de natureza difusa caracterizada por titulares indetermináveis em razão da impossibilidade de, *a priori*, estabelecer as pessoas utilizadoras dos serviços assistenciais; também de objeto indivisível, uma vez ser impossível determinar a porção de direito de cada um das pessoas atingíveis, e unidas por situação de fato consubstanciada pela condição de necessitar dos logradouros públicos como moradia, onde não há condições dignas de higiene pessoal, dentre outras;

CONSIDERANDO que, em Paracatu, a par da publicação do Decreto Municipal 5.636/2.020, não se verificou a elaboração e implantação de um Plano de Contingência Emergencial Intersetorial especificamente voltado aos cuidados à população em situação de rua, em diálogo com os Planos de Contingência elaborados pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado de Minas, ao público em geral;

CONSIDERANDO que “*o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis*”, nos termos do art. 127, *caput*, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, consoante dispõe o art. 129, inciso II, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que o artigo 27, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993, faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa aos órgãos da Administração Pública Estadual ou Municipal, direta ou indireta, aos concessionários e permissionários de serviço público estadual ou municipal e às entidades que exerçam função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública, requisitando aos destinatários adequada e imediata divulgação, assim como resposta por escrito;

CONSIDERANDO que o artigo 6º, XX, da Lei Complementar 75/1993, aplicável por força do previsto no artigo 80 da Lei 8.625/1993, dispõe que compete ao Ministério Público expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e

de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO que o art. 67, VI, da Lei Complementar Estadual 34/1994 prevê que, no exercício de suas atribuições, o Ministério Público poderá fazer recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e dos serviços de relevância pública;

Este órgão do Ministério Público **RECOMENDA** ao Prefeito Municipal de Paracatu, Sr. Olavo Remígio Condé e ao Secretário Municipal de Saúde de Paracatu, Sr. João Batista Aparecido Soares que, no âmbito de abrangência de suas atribuições, procedam à adoção das medidas administrativas abaixo elencadas, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, dada a brevidade que o caso requer:

1) Sejam providenciadas medidas hábeis e necessárias com o objetivo de garantir, de forma imediata, a elaboração e implantação de um Plano de Contingência Emergencial Intersetorial especificamente voltado aos cuidados à população em situação de rua, em diálogo com os Planos de Contingência elaborados pelo Governo Federal, Governo do Estado de Minas, para o público em geral;

1.1) Sejam observados, para tanto, os Planos de Contingência Emergencial Intersetorial especificamente voltado aos cuidados à população em situação de rua já elaborados e em fase de implantação em outros localidades, cidades e países;

1.2) A constituição de um Grupo de Apoio ao Comitê Municipal de Enfrentamento à Epidemia do COVID-19, instituído pelo Decreto Municipal 5.636/2020, de 17 de março de 2.020, para a elaboração do referido Plano de Contingência Emergencial Intersetorial, especificamente voltado aos cuidados à população em situação de rua em Paracatu, assim como para monitorar e avaliar as ações implantadas pelo Poder Público junto à essa população, contando com a participação de possíveis instituições, tais como o CREAS, CEFECE, dentre outros convidados a colaborar com o trabalho, que deverá ser desenvolvido em um prazo de até 48 horas, para a sua imediata aplicação;

2) Seja elaborado plano de captação das pessoas em situação de rua, de todas as faixas etárias e em todas as localidades deste Município, inclusive, utilizando se necessário "busca ativa", a fim de efetivar o mais rápido possível o PCEI;

3) Seja elaborado o Plano Municipal para acolhimento dos indivíduos em situação de rua, elencando as providências para garantir os cuidados pessoais, tais como: higiene, saúde e alimentação, inclusive, incluindo todos os locais de acolhimentos existentes em Paracatu, seja de idosos, crianças e/ou adolescentes, famílias desabrigadas ou qualquer outro alojamento de pessoas, em especial o Lar dos Pequeninos e o Lar São Vicente de Paula;

4) Disponibilizar, para conhecimento de toda população, todas as recomendações do Ministério Público e providências tomadas pelo Poder Público Municipal, no sítio do Município, na rede mundial de computadores com a finalidade de ciência e controle da sociedade (prazo 10 dias);

Ademais, nos termos do inciso IV do artigo 27 da Lei Federal n. 8.625/93, o órgão subscritor REQUISITA, no prazo de 10 (dez) dias, a divulgação desta Recomendação no meio de publicação destinado à divulgação dos atos oficiais do município de Paracatu.

EFICÁCIA DA RECOMENDAÇÃO: A presente recomendação dá ciência ao destinatário quanto às providências legais elencadas na precedência e poderá implicar na adoção de todas as providências administrativas e judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, em desfavor dos responsáveis inertes em face da violação das normativas e regramentos acima referidos.

Considerando a decretação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (2019-nCoV) responsável pelo surto de 2019, requisita-se resposta aos destinatários desta **Recomendação** sobre as providências adotadas no **prazo de 48 (quarenta e oito) horas**.

Paracatu, 23 de março de 2020.

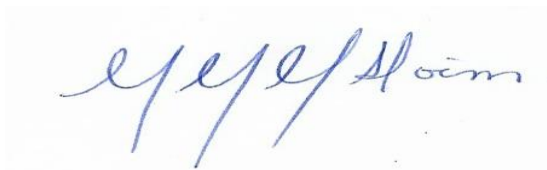


MARIA CONSTÂNCIA MARTINS DA COSTA ALVIM
Promotora de Justiça

Determino:

- 1) Enviar imediatamente a **RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 03 /2020 ao Município e Secretarias Municipais;**
- 2) Comunique-se às demais Promotorias de Justiça de Paracatu, ao Comando da Polícia Militar- Paracatu, à Polícia Civil - Paracatu;
- 3) Comunique-se ao juiz diretor do foro e ao juiz responsável pela Vara da Infância, OAB-Paracatu;
- 4) Fica autorizada toda comunicação e notificação por e-mail;
- 5) Considerando a urgência, nesses ofícios e comunicações fica dispensada a minha assinatura.

Paracatu, 23 de março de 2020.



Maria Constância Martins da Costa Alvim
Promotora de Justiça